

## Ensino Superior; reflexões

AUMENTAR A DIVERSIDADE SOCIAL NOS CURSOS UNIVERSITÁRIOS. Interromper, pela educação, o ciclo que condena os filhos dos mais pobres à baixa remuneração no mercado de trabalho.

O consenso sobre esse assunto é universal. A controvérsia se dá sobre a forma mais adequada de atingi-los.

Há quem defenda que elevar a qualidade da educação pública nos estágios anteriores à faculdade é, ao mesmo tempo, a melhor e a única resposta aceitável.

Desse modo, pobres e ricos chegariam ao vestibular em condições de competição semelhantes.

Essa corrente se opõe a qualquer política de reservas de vagas ou concessão de bônus na nota de estudantes, quer pela condição social, quer pela cor da pele.

O sistema de cotas faz parte de um arsenal de medidas que pressiona o acesso ao ensino superior público, de forma mais democrática.

Ainda hoje se verifica uma grande discussão sobre o assunto, apesar da política brasileira já ter encaminhado uma resposta para a mesma; uns prefeririam que o critério de entrada fosse apenas social. Outros defendem o acréscimo de critérios raciais na seleção.

A reforma da educação feita pelos idos da década de 60, que extinguiu as cátedras vitalícias e criou o sistema departamental também tinha este objetivo.

Na época, ficou definido que as universidades brasileiras seriam instituições de pesquisa e produção de conhecimento, o que se encaixava dentro do projeto nacionalista do governo. Este modelo prevalece até os dias de hoje, exigindo um alto investimento do estado para que funcione da forma que conhecemos.

O REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) é um exemplo de que é impossível manter este projeto com pouca verba: multiplicaram-se pelo país as instituições que, tendo se expandido sem 'quitar' o seu déficit de recursos humanos e infraestrutura física, vieram a acumular maiores problemas em todas estas áreas, prejudicando um ensino de qualidade.

A situação precária prejudica, especialmente, estudantes de baixa renda, que tendem a aumentar em número. Em 4 (quatro) anos todos as federais terão que destinar 50% de suas vagas para cotas.

Se compararmos com o início da década de 90, o número de professores cresceu não mais que 20%, enquanto o de alunos de graduação dobrou, de mestrado triplicou e de doutorado quadruplicou.

Todo o sistema de avaliação também induz a um pragmatismo na formação, que constringe as universidades a seguir um certo modelo que terá implicações acentuadas para o futuro.

A pergunta a ser reiterada é como vamos enfrentar os grandes problemas com uma universidade que está retirando a imaginação criativa dos seus estudantes.

Na tentativa de encontrar um caminho alternativo para conciliar expansão e orçamento limitado várias ideias/projetos têm sido colocados como o apresentado pelo Prof. Naomar de Almeida Filho, ex-reitor da Universidade Federal da Bahia: Universidade Nova, com grandes defensores dentro do MEC.

O modelo seria na visão dos que o defendem o mais adequado para atender a massa heterogênea que deixa o ensino médio atualmente. O atual modelo de Universidade, inspirado pela França, não compreende as deficiências de formação dos seus futuros alunos.

De certa forma, há uma nostalgia da escola pública brasileira, que era para poucas pessoas, parecido com os liceus franceses, que eram muito fortes.

Pagava-se uma escola de qualidade para poucos.

Repensar o ensino superior no Brasil é coloca-lo no papel de protagonista de um projeto nacional.

O que se precisa é situar estrategicamente a universidade no centro de um projeto de desenvolvimento, com independência e sustentabilidade.

**Professor Cresus Vinicius Depes de Gouvêa**

Diretor da Faculdade de Odontologia da UFF